



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

**ATA DA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO
PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ (COPEL) – 20/03/2019**

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, às 08h30min, realizou-se a eleição de entidades da sociedade civil para composição do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPEL, atendendo ao disposto na Lei Estadual nº 11.070/1995, no Regimento Interno do Conselho (Resolução COPEL nº), bem como no edital publicado no Diário Oficial do Estado Edição nº10365, de 30 de janeiro de 2019, página 29. A Comissão Organizadora do Processo Eleitoral, Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Daraci Rosa dos Santos (CRESS), José Wilson de Souza (Trilhas do Afeto), Diego Henrique da Silva (Parafuso Educomunicação), e demais observadores são eles: a Promotora Ana Carolina Franceschi, do CAOP Direitos Humanos, Fernanda Regina Carneiro Lobo, do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e as estagiárias Rafaela Lona e Karen Silva. O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Eleitoral, Marcel Jeronymo, fez um breve resumo sobre o Conselho Permanente de Direitos Humanos, passando a palavra para o integrante da Comissão, Diego, que explanou sobre as ações do Conselho nos últimos dois anos. O Conselheiro Diego passou a palavra para a Vice-Presidente do Conselho, Daraci, que relatou brevemente sobre a importância do Conselho e a interação da sociedade civil com órgãos governamentais. Ainda, elencou como um desafio para a próxima gestão uma maior articulação entre as entidades da sociedade civil e governamentais e os Conselhos de Direito. Com a palavra, o integrante da Comissão eleitoral José Wilson, narrou a importância da representação de entidades do interior do Estado. A Promotora Ana Carolina relatou sobre a importância dos Conselhos no cenário político atual e parabenizou todas as entidades presentes pela participação, pois esta tem que ser efetiva. Parabenizou, também, o atual trabalho do Conselho Permanente de Direitos Humanos, declarando que o trabalho dos Conselhos é o mais importante para controle da sociedade civil. Com a palavra, o Conselheiro Marcel declarou o término do horário para o credenciamento para a eleição. As entidades dispuseram de um breve tempo para realizar sua apresentação e suas falas, em acordo com os presentes em plenária. O tempo de fala foi definido em 03 (três) minutos. O convidado Tony Reis indagou sobre a presença de um representante da SEJU na reunião, foi apresentada, então, Fernanda Regina Carneiro Lobo, Assessora Técnica da SEJU e Conselheira Suplente do COPEL. Também, questionou se havia participação da OAB na reunião, solicitando um minuto para a Promotora Ana Paula, representante do Ministério Público. O tempo de fala não foi cedido devido a se tratar de um processo eleitoral, porém, a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

32 Promotora Ana Carolina se comprometeu a conversar em particular com o convidado. Assim, a Assembleia
33 teve início com a verificação da presença dos(as) representantes indicados(as) pelas entidades.
34 Encontravam-se habilitadas para a eleição 28 (vinte e oito) entidades: Conselho Regional de Serviço Social
35 – CRESS, Conselho Regional de Psicologia – CRP, Instituto de Apoio e Adoção de Crianças e Adolescentes
36 Trilhas do Afeto, Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná – SINDARSPEN, Sindicato dos
37 Assistentes Sociais do Paraná, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, União de Lésbicas, Gays,
38 Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná – UNA – LGBT – PR, Associação de Conselheiros e Ex-
39 Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná – ACTEP/PR – Regional Maringá, Instituto Brasileiro de
40 Diversidade Sexual – IBDSEX, Centro Paranaense de Cidadania – CEPAC, Grupo Dignidade, Aliança
41 Nacional LGBTI+, Espaço Paranaense de Diversidade LGBT, Transgrupo Marcela Prado, Centro de
42 Integração Empresa Escola – CIEE/PR, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba, APP –
43 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do
44 Paraná – SINDIJOR, Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua, Movimento
45 Nacional da População em Situação de Rua – MNPR, Comunidade Bom Pastor, Associação Cultural e
46 Desportiva – Grupo Capoeira Ginga e Mandinga, Unidade Sarandiense pela Igualdade Racial – USIR,
47 Rede Pontes, Coletivo Falange Feminina Dandara dos Palmares, União Brasileira de Mulheres, Parafuso
48 Educomunicação, Associação Para a Vida e Solidariedade – AVIS. Encontrando-se descredenciada a
49 Associação Batista de Ação Social, uma vez que não se apresentou para credenciamento até às 10 horas,
50 conforme previsto no Edital nº 01/2019. As entidades habilitadas e credenciadas passaram a se apresentar
51 e a defender suas candidaturas no tempo previsto de 03 (três) minutos. As defesas se iniciaram com o
52 Conselho Regional de Psicologia; o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região; Instituto
53 de Apoio a Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto, APP-Sindicato dos Trabalhadores em
54 Educação Pública do Paraná; SINDARSPEN – Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná;
55 SINDIJOR – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Sindicato dos Assistentes Sociais do
56 Paraná; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, que declarou seu desejo de participar do
57 processo apenas como votante, e não como candidata a um assento no Conselho; Instituto Nacional de
58 Direitos Humanos da População de Rua – INRua; Movimento Nacional da População em Situação de Rua;
59 Comunidade Bom Pastor; UNA – LGBT – PR - União de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
60 Transexuais do Paraná; Associação Cultural e Desportiva – Grupo Capoeira Ginga e Mandinga, que
61 declarou seu desejo de participar do processo apenas como votante, e não como candidata a um assento
62 no Conselho; USIR – Unidade Sarandiense pela Igualdade Racial; Rede Pontes, irá votar e também será
63 votado, mas pediu voto as demais entidades do interior; Coletivo Falange Feminina Dandara dos Palmares;
64 ACEPT/PR - Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros do Estado do Paraná – Regional de Maringá;
65 União Brasileira de Mulheres; IBDSEX – Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual; CEPAC – Centro

D762 Aug. 8/11



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

66 Paranaense da Cidadania; Grupo Dignidade; Associação para a Vida e Solidariedade – AVIS; Aliança
67 Nacional LGBT+; Espaço Paranaense da Diversidade LGBT; Transgrupo Marcelo Prado; CIEE – PR –
68 Centro de Integração Empresa-Escola; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba; Parafuso
69 Educomunicação. Passado o momento de defesa de candidaturas, fez-se um intervalo de 15 (quinze)
70 minutos, aprovado pela plenária. Findo o intervalo, o Presidente da Comissão Organizadora do Processo
71 Eleitoral, Marcel Jeronymo, explanou sobre o rito de votação, onde cada entidade seria convocada
72 nominalmente para receber a cédula eleitoral, seu representante se dirigiria à outra sala para votação e
73 retornaria à mesa para depositar a cédula na urna. Lembrou, ainda, que uma entidade não estava presente
74 na plenária e que duas entidades abdicaram de seu direito de ser eleitas e que, portanto, o voto depositado
75 nestas entidades seria desconsiderado. Apontou ainda que cada entidade deve votar em 04 (quatro)
76 entidades de Curitiba e Região Metropolitana e em 04 (quatro) entidades do Litoral e Interior do Estado,
77 sendo que a marcação de mais ou menos que os 08 (oito) votos necessários invalidaria a cédula eleitoral
78 em questão. O Conselheiro Diego fez a convocatória das entidades, bem como a entrega das cédulas de
79 votação. Finda a votação, o Presidente da Comissão Eleitoral, Marcel Jeronymo, procedeu a abertura da
80 urna e o número de cédulas foi verificado. Em uma das cédulas foi constatado um voto para a Associação
81 Cultural e Desportiva – Grupo Capoeira Ginga e Mandinga e, como decidido anteriormente, este voto foi
82 desconsiderado. Sendo assim, apurou-se o seguinte resultado:

83

ENTIDADES ELEITAS		
TITULARES		
ENTIDADES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA		
VAGAS	ENTIDADE	VOTOS
01	APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná	17
02	União Brasileira de Mulheres - UBM	12
03	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	10
04	Grupo Dignidade	10
ENTIDADES DO LITORAL E INTERIOR DO ESTADO		
01	Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Paraná	25
02	Coletivo Falange Feminina Dandara dos Palmares	24
03	Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto	24
04	Comunidade Bom Pastor de Nova Esperança	10

Palácio das Araucárias
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico
Fone: (41) 3210-2778 – CEP: 80530-140



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU

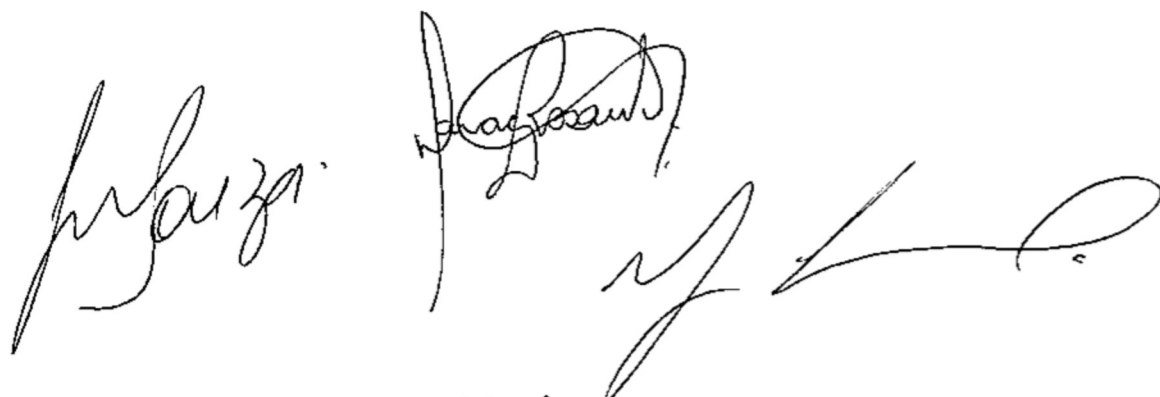
CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

SUPLENTE

01	União Sarandiense pela Igualdade Racial - USIR	10
02	Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR	09
03	Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná - SINDASPEN	08
04	TRANSGRUPO Marcela Prado	08
05	União de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná – UNA – LGBT – PR	07
06	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - SINDIJOR	06
07	Parafuso Educomunicação	06
08	Rede Pontes	06

84

85 Marcel declarou que é preciso reformula o Regimento Interno do COPED para garantir uma maior
86 participação dos suplentes no Conselho. Daraci agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Essa
87 Assembleia de Eleição encerrou-se às 13 horas.


Diego B. da Silva